

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.171 CEARÁ

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S)	: DANILO CAMPELO LIMA
ADV.(A/S)	: CARLOS ALBERTO SALDANHA FONTENELE JÚNIOR E OUTRO(A/S)

EMENTA: AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TESTE FÍSICO. REPROVAÇÃO. CONTROVÉRSIA QUANTO À RAZOABILIDADE. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS EDITALÍCIAS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 279 E Nº 454 DO STF. PRECEDENTES. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.171 CEARÁ

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: ESTADO DO CEARÁ
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ
AGDO.(A/S)	: DANILO CAMPELO LIMA
ADV.(A/S)	: CARLOS ALBERTO SALDANHA FONTENELE JÚNIOR E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental interposto pelo ESTADO DO CEARÁ contra decisão que prolatei, assim ementada, *verbis*:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TESTE FÍSICO. REPROVAÇÃO. CONTROVÉRSIA QUANTO À RAZOABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO CARREADO AOS AUTOS E DE CLAÚSULAS DO EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS Nº 279 E Nº 454 DO STF. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. INOCORRÊNCIA. REPERCUSSÃO GERAL NÃO EXAMINADA EM FACE DE OUTROS FUNDAMENTOS QUE OBSTAM A ADMISSÃO DO APELO EXTREMO. RECURSO DESPROVIDO.”

Inconformado com a decisão supra, o agravante interpõe o presente recurso, alegando, em síntese:

“Trata-se de Agravo interposto em face de decisão que negou seguimento a Recurso Extraordinário sob o fundamento de que a análise da celeuma demandaria interpretação de fatos e provas.

Na espécie, a Recorrida propôs ação cautelar com objetivo de ver assegurada a sua permanência no certame, tendo em vista que, após

RE 897171 AGR / CE

lograr êxito na primeira, segunda e terceira etapas, correspondentes às avaliações objetiva, psicológica e oral, ficou reprovado no exame físico.

As instâncias ordinárias julgaram procedente o pedido, determinando que fosse declarado nulo o ato que excluiu o Recorrido do concurso de Inspetor de Polícia, bem como o incluísse nos quadros da Polícia Civil do Estado do Ceará.

Com efeito, não se discute a qualificação dos fatos apresentados, mas a possibilidade de o judiciário, sob fundamento de razoabilidade, substituir as regras previstas no Edital.

Destarte, inexistindo controvérsia acerca dos fatos, a Súmula nº 279 do STF restará inaplicável, consoante entendimento consolidado por este E. Tribunal.” (Fl. 2 do doc. 6).

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.171 CEARÁ

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): A presente irresignação não merece prosperar.

Em que pesem os argumentos expendidos no agravo, resta evidenciado das razões recursais que o agravante não trouxe nenhum argumento capaz de infirmar a decisão hostilizada, razão pela qual deve ela ser mantida, por seus próprios fundamentos.

O Tribunal de origem, com apoio no conjunto fático-probatório dos autos e na interpretação das cláusulas do editalícias, entendeu que *“o tempo excedido (vinte e sete centésimos de segundo) constitui ínfima diferença, insuficiente para concluir-se que o Promovente não dispõe de aptidão física para o exercício do cargo de Inspetor de Polícia.”*

Assim, para se chegar a conclusão contrária à adotada pelo acórdão recorrido seria necessária a análise de cláusulas editalícias, o que inviabiliza o extraordinário, a teor da Súmula nº 454 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: *“Simples interpretação de cláusulas contratuais não dá lugar a recurso extraordinário”*.

Demais disso, não se revela cognoscível, em sede de recurso extraordinário, a insurgência que tem como escopo o incursionamento no contexto fático-probatório engendrado nos autos, porquanto referida pretensão não se amolda à estreita via do apelo extremo, cujo conteúdo restringe-se à fundamentação vinculada de discussão eminentemente de direito, face ao óbice erigido pela Súmula nº 279 do STF de seguinte teor, *verbis*: *“Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário”*. Nesse sentido, aliás, é a jurisprudência desta Corte, como se infere dos seguintes julgados:

RE 897171 AgR / CE

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONCURSO PÚBLICO. LEGALIDADE DE EXAME DE APTIDÃO FÍSICA. AUSÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. SÚMULAS 279, 280 E 454/STF. PRECEDENTES. 1. Hipótese em que para dissentir da conclusão do acórdão recorrido seria necessária a análise da legislação local aplicada ao caso, bem como a reapreciação dos fatos, do material probatório constante dos autos e das cláusulas editalícias. Incidência das Súmulas 279, 280 e 454/STF. Precedentes. 2. Agravo regimental que se nega provimento." (ARE 871.346-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 20/5/2015).

"DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXAME DE APTIDÃO FÍSICA. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ANÁLISE DA OCORRÊNCIA DE EVENTUAL AFRONTA AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS INVOCADOS NO APELO EXTREMO DEPENDE DA REELABORAÇÃO DA MOLDURA FÁTICA CONSTANTE DO ACÓRDÃO REGIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 10.4.2012. Divergir do entendimento firmado pelo Tribunal a quo, acerca da aptidão física para o exercício do cargo de Delegado de Polícia, demandaria a análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, bem como a reelaboração da moldura fática delineada, o que torna oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, portanto, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, mormente no que se refere à incidência da Súmula 279/STF, a inviabilizar o trânsito do recurso extraordinário. Agravo regimental conhecido e não provido." (ARE 765.945-AgR, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe de 4/6/2014).

RE 897171 AGR / CE

“Agravamento regimental em recurso extraordinário. 2. Administrativo. Concurso Público. Edital. Inaptidão física. 3. Necessidade do reexame do conjunto fático-probatório e das cláusulas editalícias. Incidência das Súmulas 279 e 454 do STF. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravamento regimental a que se nega provimento.” (RE 640.924-AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe de 20/5/2014).

Ex positis, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo regimental.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 897.171

PROCED. : CEARÁ

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

AGTE.(S) : ESTADO DO CEARÁ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

AGDO.(A/S) : DANILO CAMPELO LIMA

ADV.(A/S) : CARLOS ALBERTO SALDANHA FONTENELE JÚNIOR E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odin Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma